

# APRESENTAÇÃO

REGINALDO SOUZA SANTOS\*  
FÁBIO GUEDES GOMES†

Há muito tempo, os acontecimentos no mundo e no Brasil parecem levar as autoridades e seus ideólogos da convicção cega nas suas decisões ao estonteamento com os resultados que elas estão produzindo. Mesmo assim, ao invés de mudarem a concepção e o rumo dos eventos, insistem em executar os mesmos planos, com a piora visível dos resultados: no emprego, no crescimento econômico e, sobretudo, na distribuição de renda.

Porém, é necessário compreender que, se a economia cresce, mesmo com índices baixos, nem todos estão perdendo. Verdadeiramente, os resultados estão sendo ruins para o mundo do trabalho e os setores de renda média e baixa (sejam proprietários ou não), mas muito bons para aqueles setores formados pelos grandes conglomerados produtivo-financeiros, particularmente o segmento dos rentistas, cuja taxa de acumulação é bem superior àquela alcançada pela economia como um todo.

Por conta disso, há uma pergunta que intriga: se a grande maioria está perdendo com essa forma de conduzir as relações sociais de produção e distribuição, como estão conseguindo manter essa política por tanto tempo sem haver uma ruptura social?

\* Doutor em Economia pela Unicamp, bolsista DCR do CNPq/Fapeal/Ufal e professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Ufba.

† Doutor em Administração pela Escola de Administração da Ufba, professor das Pós-Graduações em Economia Aplicada e em Propriedade Intelectual e Transferências de Tecnologia para Inovação, Universidade Federal de Alagoas.

Primeiro, embora não tenha chegado no seu ponto culminante, é evidente que há processo em curso; o movimento da horda de migrantes sul-norte (decorrente da superexploração praticada pelas nações mais desenvolvidas, tendo como consequência a pobreza extrema de nações inteiras), a prática sistemática de crimes cometidos pelo grande capital (corrupção como método de fazer negócio, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e proteção aos criminosos endinheirados — protegidos nos paraísos fiscais), roubo ao consumidor (sobretudo na adulteração do peso e do conteúdo/qualidade dos produtos) como forma de aumentar os lucros em situação de economia estacionária ou mesmo de queda no consumo.

Em segundo lugar, um forte apelo aos movimentos identitários ou das especificidades que vão transformando a concepção de classe num acervo fóssil, apenas revisitada pelos desígnios dos estudos históricos. Nesse processo, a luta que se dava ou que se pretendia que fosse entre as classes, agora ela corre intraclasse: dos negros pobres contra os brancos também pobres; dos índios contra os afrodescendentes; dos homossexuais contra os heterossexuais; das mulheres contra os homens; dos assalariados com salários mais baixos contra aqueles de salários mais altos; das regiões mais pobres contra as mais ricas; enfim, ao invés da luta do pobre contra o rico, a luta se resume do pobre contra o pobre. Enquanto isso, o capital fica preservado de qualquer questionamento, e, por essa razão, aplaude e financia todos esses movimentos — diretamente, por meio das suas próprias fundações ou sempre indiretamente, através das organizações governamentais ou do próprio orçamento do Estado.

Em terceiro lugar, quando o Estado fundamenta prioridade no seu orçamento para financiar essas atividades está estabelecendo uma competição entre o orçamento que financia os interesses gerais (como a educação, saúde, segurança, etc.) e o orçamento que financia as lutas específicas ou identitárias. A quem interessa essa maneira de fazer a política pública? Decerto que há um camuflado interesse de classe nisso.

Em quarto lugar, a construção de uma rede de formadores de opinião muito bem pagos, que se articula no binômio universidade-meios de comunicação, que tem como tarefa principal produzir a ideologia sustentadora dos interesses do capital (particularmente daquele que acumula e se reproduz ficticiamente através da ciranda financeira, cujo espaço maior e melhor de valorização é exatamente o orçamento do Estado capitalista).

Uma dessas ideologias é a do encantamento, mediante a espetacularização de sucessivos eventos realizados em escala planetária, profissionalmente programados: dos jogos mundiais ou regionais, como os jogos pan-americanos, jogos europeus, as olimpíadas, o campeonato mundial de futebol; dos espetáculos do *show business*, como o Lollapalooza, Rock in Rio, etc.

Outra é a prática do ilusionismo da consciência quando se propaga como novidade a “transmutabilidade” da riqueza, que, no contexto tecnológico em que vivemos, deixa de se expressar por meio da posse da riqueza material concreta (fábricas, casas, depósito à vista nos bancos, etc.) e passa a ser “visível” pela propriedade abstrata expressa no conhecimento que o indivíduo adquire e acumula. Para tanto o segredo é fazer dessa busca desse conhecimento um processo permanente de especialização dos conteúdos em que trabalha e ser poliglota, ter vivência com outros países, regiões e povos tanto melhor.

Porém, o desemprego tecnológico estrutural está sendo tão avassalador que até mesmo os mais “especializados” também estão ficando desempregados ou recebendo remuneração bem abaixo do esperado. Com isso, a ideia do “conhecimento” como o novo signo de riqueza vira uma farsa e o capital construindo uma zona de conforto de criação de riqueza sem precedentes.

Trazer essa discussão nos termos propostos tem dois objetivos: primeiro, mostrar que a centralidade do debate das especificidades enfraquece os interesses da maioria que é pobre e fortalece a trajetória de acumulação do capital sem conflitos aparentes; segundo, é insistir na necessidade de pôr a Administração no debate sobre a trajetória do processo civilizatório, discutindo exatamente a natureza e o significado de **como** as coisas estão feitas — conteúdo do objeto da Administração como campo do conhecimento.

Este número vinte da Rebap segue a sua trajetória histórica, trazendo para o debate a trajetória de luta dos trabalhadores, do Estado e da Administração Política, especialmente através dos artigos de Fabrício Moreira, com *Keynes e o roubo da fala*, Matheus Souza, com *Administração Política do Poder Nacional: uma proposta para a formatação de um modelo de análise cratológica*, e Henrique Coelho, com *Marx, J. Chasin e o Esclarecimento da Ontonegatividade da Política*, complementadas pelos debates

realizados nos artigos de Maria Aparecida Ferreira, com *Perfil e Origem Social da Burocracia Estatal*, Danielle Araújo e Timóteo Pereira, com *Articulações para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social: um olhar para a cidade de Eunápolis no extremo sul da Bahia*, Alexandre Morais Nunes, com *Reflexão Teórica Comparada sobre Modelos de Gestão Pública*, e Tatianne Pádua e Leonardo Ferreira, com *A Importância do Treinamento nas Organizações: um estudo no setor de distribuição do fórum de Serra Talhada/PE*.

Reginaldo Souza Santos  
Fábio Guedes Gomes  
Diretores